



FORMULÁRIO DE CANDIDATURA A PROCEDIMENTO CONCURSAL

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código BEP da publicitação do procedimento

Código de candidato

A preencher pela entidade empregadora

CARACTERIZAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO

Carreira \_\_\_\_\_ Categoria \_\_\_\_\_

Área de atividade \_\_\_\_\_

Vínculo de emprego público por tempo indeterminado

Vínculo de emprego público a termo resolutivo certo

Vínculo de emprego público a termo resolutivo incerto

  
  

1. DADOS PESSOAIS

Nome completo:

Data de nascimento:

Sexo: Masculino

 Feminino 

Nacionalidade:

Nº Identif. Civil:

NIF:

Morada:

Código Postal:

Localidade:

Concelho de residência:

Telefone:

Telemóvel:

Endereço eletrónico:



## 2. NÍVEL HABILITACIONAL

Assinale o quadrado apropriado:

- 01** Menos de 4 anos de escolaridade
- 02** 4 anos de escolaridade (1.º ciclo do ensino básico)
- 03** 6 anos de escolaridade (2.º ciclo do ensino básico)
- 04** 9.º ano (3.º ciclo do ensino básico)
- 05** 11.º ano
- 06** 12.º ano (ensino secundário)
- 07** Curso tecnológico /profissional/ outros (nível III)\*


- 08** Bacharelato
- 09** Licenciatura
- 10** Pós-graduação
- 11** Mestrado
- 12** Doutoramento
- 13** Curso de especialização tecnológica
- 99** Habilitação ignorada


\* Nível III: Nível de qualificação da formação (c/ equivalência ao ensino secundário)

**2.1 Identifique o curso e /ou área de formação:**

---

**2.2 Indique cursos de pós-graduação, mestrado ou doutoramento:**

---

## 3. SITUAÇÃO JURÍDICO-FUNCIONAL DO TRABALHADOR

**3.1 Titular de vínculo de emprego público?** Sim  Não

**3.2 Em caso negativo passe diretamente ao ponto 4. deste formulário.**

Em caso afirmativo, especifique qual a sua situação:

<b>3.2.1 - Nomeação</b>	<b>Definitiva</b>	
	<b>Transitória por tempo determinado</b>	
	<b>Transitória por tempo determinável</b>	
<b>3.2.2 - Contrato</b>	<b>Tempo indeterminado</b>	
	<b>Termo resolutivo certo</b>	
	<b>Termo resolutivo incerto</b>	
<b>3.2.3 - Situação atual</b>	<b>Em exercício de funções</b>	
	<b>Em licença</b>	
	<b>Em situação de valorização profissional</b>	
	<b>Outra</b>	



**3.2.4 Órgão ou serviço onde exerce ou por último exerceu funções:**

---

**3.2.5 Carreira e categoria detidas:**

---

**3.2.6 Atividade exercida ou que por último exerceu no órgão ou serviço:**

---

**3.2.7 Avaliação de desempenho (últimos três anos):**

Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>
Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>
Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>

**4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FUNÇÕES EXERCIDAS**

**4.1 Funções exercidas, diretamente relacionadas com o posto de trabalho a que se candidata:**

Funções	Data	
	Início	Fim

**4.2 Outras funções e atividades exercidas:**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



## 5. FORMAÇÃO OU EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL SUBSTITUTIVA DO NÍVEL HABILITACIONAL EXIGIDO

5.1 No caso de a publicitação permitir a candidatura sem o grau académico exigido, indique a formação ou experiência profissional substitutiva.

---

---

---

---

---

---

---

---

## 6. OPÇÃO POR MÉTODOS DE SELECÇÃO

Se estiver a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como se estiver em situação de requalificação em que, imediatamente antes, tenha desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade, e **pretende usar da prerrogativa de afastamento dos métodos de seleção obrigatórios**, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), assinale a seguinte declaração:

*"Declaro que afasto os métodos de seleção obrigatórios, avaliação curricular e entrevista de avaliação de competências, e opto pelos métodos prova de conhecimentos e avaliação psicológica".*

## 7. REQUISITOS DE ADMISSÃO

*"Declaro que reúno os requisitos previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho."*

Sim

Não



## 8. NECESSIDADES ESPECIAIS

**8.1 Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, indique se necessita de meios / condições especiais para a realização dos métodos de seleção.**

---

---

---

## 9. DECLARAÇÃO (alínea g) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro)

***"Declaro que são verdadeiras as informações acima prestadas".***

**Localidade:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_\_\_

**Assinatura**

---

**Documentos que anexa à candidatura:**

**Currículo**

**Certificado de habilitações**

**Comprovativos de formação  
(Quantidade \_\_\_\_\_ )**

**Declaração de vínculo de  
emprego público (\*)**


**Outros:**

---

---

---

(\*) Identificação do vínculo de emprego público detido, quando exista, bem como da carreira e categoria de que seja titular, da atividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções.



## INFORMAÇÃO AO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

(Artigo 13.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados)

**1. Identidade e contactos do responsável pelo tratamento dos dados.**

O responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos no âmbito da presente candidatura ao procedimento concursal de recrutamento identificado na página inicial deste formulário é a Junta de Freguesia de Aljubarrota, pessoa coletiva de direito público n.º 510 832 750, com sede em Aljubarrota, número de telefone 262 507 113, endereço postal na Praça do Pelourinho – 2460-601 Aljubarrota, e endereço de correio eletrónico [geral@fjaljubarrota.pt](mailto:geral@fjaljubarrota.pt).

**2. Contactos do encarregado de proteção de dados:**

O encarregado de proteção de dados poderá ser contactado através do endereço de correio eletrónico [geral@fjaljubarrota.pt](mailto:geral@fjaljubarrota.pt).

**3. Finalidades do tratamento a que os dados pessoais se destinam e fundamento jurídico para o tratamento:**

Os dados pessoais recolhidos pela Junta de Freguesia de Aljubarrota no âmbito da presente candidatura são tratados para as finalidades e com o fundamento jurídico previstos nas normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de procedimentos concursais de recrutamento, nomeadamente a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro (Regulamenta a Tramitação do Procedimento Concursal), e o Código do Procedimento Administrativo publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, nas suas atuais redações.

**4. Destinatários ou categorias de destinatários dos dados pessoais:**

Os dados têm como destinatários o júri designado para assegurar a tramitação do procedimento, assim como os serviços da Junta de Freguesia de Aljubarrota no exercício das suas incumbências de assegurar o desenvolvimento dos procedimentos de recrutamento e seleção dos recursos humanos.

Os dados têm igualmente como destinatários as entidades externas especializadas às quais a Junta de Freguesia de Aljubarrota recorra para efeitos de aplicação dos métodos de seleção dos candidatos, nos termos do disposto na legislação aplicável.

**5. Critérios utilizados para a fixação do prazo para conservação dos dados pessoais:**

O responsável pelo tratamento dos dados conserva-os pelo prazo de um ano após a cessação do procedimento concursal, nos termos do disposto no artigo 42.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 25.º da mesma portaria, relativos à constituição de reservas de recrutamento e cessação do procedimento concursal.

**6. Direitos do titular dos dados:**

O titular dos dados tem o direito de solicitar, ao responsável pelo tratamento, acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, bem como a sua retificação ou o seu apagamento, e a limitação do tratamento no que disser respeito ao titular dos dados, ou do direito de se opor ao tratamento, bem como do direito à portabilidade dos dados.

O titular dos dados tem o direito de apresentar reclamações à Comissão Nacional de Proteção de Dados (autoridade de controlo).

**7. Comunicação de dados pessoais:**

A comunicação de dados pessoais constitui uma obrigação decorrente da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

O titular dos dados está obrigado a fornecer os dados solicitados, sob pena de não ser considerada a candidatura por este apresentada para efeitos do procedimento concursal de recrutamento identificado na página inicial deste formulário.

Tomei conhecimento.

Aljubarrota, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do candidato)